

PEC 32/2020: ALERTA À FISCALIZAÇÃO E AO SERVIÇO PÚBLICO

INFORMATIVO AOS FILIADOS E SERVIDORES PÚBLICOS



MENSAGEM AOS FILIADOS

Prezados Colegas e Servidores Públicos,

A tramitação da PEC 32/2020, conhecida como Reforma Administrativa, representa ameaça urgente contra a estabilidade e a integridade da fiscalização do município de São Paulo. Concebida no governo Jair Bolsonaro, sob a gestão do então ministro Paulo Guedes, a proposta teve parecer favorável na Comissão Especial e permanece pronta para inclusão na pauta de votação do Plenário da Câmara dos Deputados.

A defesa da estabilidade e das garantias funcionais da fiscalização é essencial para assegurar o interesse público, a imparcialidade do Estado e a proteção da sociedade.



SITUAÇÃO DA PEC 32/2020

Parecer favorável na Comissão Especial. Pronta para inclusão na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados.



ORIGEM DA PROPOSTA

A PEC 32/2020 foi concebida no governo Jair Bolsonaro, sob a gestão do então ministro Paulo Guedes, autor da declaração sobre colocar uma 'granada no bolso' dos servidores.

Estabilidade não é privilégio.

É garantia de integridade na fiscalização e proteção do interesse público.



contato@savim.org.br



savim.org.br

**SAVIM**

SAVIM — Sindicato dos Fiscais de Posturas Municipais, Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo



PRINCIPAIS RISCOS DA PEC 32/2020

A PEC 32/2020 representa uma ameaça direta ao serviço público, à estabilidade das carreiras e à capacidade do Estado de atender ao interesse da sociedade.

1

Fim do Regime Jurídico Único e fragmentação dos vínculos de trabalho.

2

Inclusão de vínculo de experiência classificatório e eliminatório após o concurso público, retirando a garantia de estabilidade imediata.

3

Autorização ampla para terceirização e convênios com a iniciativa privada na execução de atividades públicas essenciais.

4

Vulnerabilização da autonomia dos agentes de fiscalização, enfraquecendo a proteção legal indispensável contra pressões políticas e econômicas.



Para aprovar a PEC

São necessários **308 votos favoráveis** na Câmara dos Deputados e **49 votos** no Senado Federal, em dois turnos de votação.

O QUE DEVEMOS FAZER AGORA



Examinar rigorosamente os planos de governo dos candidatos à Presidência da República, verificando seu alinhamento com a preservação do Estado e a valorização das carreiras públicas.



Cobrar posicionamento formal dos candidatos a deputado federal e senador para a legislatura de 2027, exigindo compromisso público de voto contrário à PEC 32.



Não apoiar candidatos comprometidos com o desmonte do serviço público e o enfraquecimento da fiscalização.

POR QUE ISSO IMPORTA



A estabilidade funcional protege a independência técnica do fiscal, resguarda a atuação contra pressões indevidas e preserva o interesse público.

A defesa da fiscalização é a defesa do serviço público, da legalidade e da sociedade.

Atenciosamente,
Presidência do SAVIM



contato@savim.org.br



savim.org.br